

**TRAÇOS DA MODERNIZAÇÃO NO SERTÃO:
o empresário rural como um novo ator**

***TRAITS OF MODERNIZATION IN THE NORTHEAST
HINTERLAND (SERTÃO):
rural entrepreneur as a new actor***

Ramonildes A. Gomes *

Kaliane de Freitas Maia**

Resumo

Pesquisas desenvolvidas por pesquisadores do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande têm procurado rever a história da formação dos espaços rurais no semiárido nordestino. Combinando técnicas qualitativas, particularmente a realização de entrevistas com a análise de dados secundários, indicando que há um conjunto complexo de formas de ocupação de territórios, marcados por diferenciações em suas formações sociais e nas estruturas produtivas dos empreendimentos agropecuários. Convivem, nos mesmos espaços, empresas agropecuárias modernizadas, empresas tradicionais com baixa tecnificação, agricultores familiares modernizados e tradicionais e, ainda, propriedades absenteístas, estabelecimentos familiares, cujas formas de organização do trabalho e da produção se assemelham ao camponado tradicional. A identificação desse mosaico de estratégias produtivas no chamado sertão semiárido revela também a presença de novos atores e nos leva a problematizar o percurso sócio-histórico, que convergiu para a emergência do rural contemporâneo. A presença recente do empresário rural suscita a necessidade de compreender melhor esse novo ator a partir das seguintes questões: Quais são as estratégias produtivas adotadas nos diversos espaços rurais? Quais atores emergem nesse novo contexto de experimentações e a partir de quais arranjos e racionalidades?

Palavras-chave: Empresário rural. Agronegócio sertanejo. Modernização. Semiárido nordestino.

Abstract

Researches carried out by researchers from PPGCS/UFCG have sought to review the history of the formation of rural areas in the Brazilian Northeastern semi-arid. From combining qualitative

* Doutora em Sociologia, Professora do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/UACS/CH da Universidade Federal de Campina Grande, Brasil. E-mail: rnildes@hotmail.com

**Doutora em Sociologia, Bolsista PNPd no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/UACS/CH da Universidade Federal de Campina Grande, Brasil. E-mail: kalianemaia@yahoo.com.br

techniques, particularly interviews with the analysis of secondary Data, it has become clear that there is a complex set of forms of occupation of the territory, which is characterized by differences in the social groups and productive structures of agricultural enterprises. In the same space coexist modernized agricultural companies, traditional companies with low technological level, modernized and traditional farmers and also family farms, whose form of work and production organization are similar to those of traditional peasantry, as well as absentee property. The identification of this mosaic of actors and forms of organization of productive strategies in the called semi-arid hinterland leads us to question the socio-historical path that converges to the emergence of the contemporary rural. The recent presence of rural entrepreneurs in this space raises the need to better understand this new actor, from the following questions: What are the productive strategies adopted in the various rural areas? What actors emerge in this new context of trials, and from what arrangements and rationales?

Keywords: Rural Entrepreneur. Hinterland's agribusiness. Modernization. Brazilian semiarid northeastern.

Introdução

O Nordeste e, principalmente os pequenos municípios que abrangem o semiárido, são descritos como áreas de atraso, de tradição e de predomínio do latifúndio. Não levam em consideração as especificidades de cada, mostram em seus textos uma visão estereotipada, configurada pelo lugar das secas e da pobreza, que não experimentou lampejos de modernização.

Em estudos que vêm sendo desenvolvidos por pesquisadores do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (PPGCS/UFCG), aliado às leituras de trabalhos que buscaram revisitar a história da formação dos espaços rurais do semiárido nordestino, percebe-se que há um conjunto complexo de formas de ocupação desse território, gerando diferenciações nas formações sociais e nas estruturas produtivas dos empreendimentos agropecuários. Convivem, nesses mesmos espaços, propriedades absenteístas, empresas agropecuárias modernizadas, empresas tradicionais pouco tecnificadas, estabelecimentos de agricultores familiares modernizados e agricultores familiares tradicionais e, ainda, estabelecimentos familiares, cujas formas de organização do trabalho e da produção se assemelham ao campesinato tradicional.

Para refletir sobre a emergência e a consolidação do empresário rural no semiárido nordestino, buscamos inspiração na noção de agronegócio sertanejo, tipologia formulada por Maia (2013), na qual proprietários de terras se modernizam e assumem formas sociais distintas tanto dos antigos latifundiários quanto dos agricultores familiares. Todavia, adotam uma racionalidade que mobiliza elementos da tradição e da modernidade. Este artigo será então norteado pelas seguintes questões: (1) Em que medida podemos compreender a emergência e consolidação do empresário rural como um novo ator? e (2) Como podemos compreender esse empresário rural do Sertão Paraibano, a partir da noção de “agronegócio sertanejo”?

Para entender o lugar do empresário rural é fundamental ressaltar o caráter inovador, o processo de racionalização e as características empreendedoras, assinaladas

por Monteclaro (2005). Para ele, a maioria das pessoas que inicia um negócio nem sempre dispõe de um modelo de empreendimento que funcione; em geral apostam no conhecimento do senso comum associado a um conhecimento técnico adquirido. Este processo pode não se configurar numa tarefa espontânea, pois

A transformação de alguém em empresário é, portanto, um processo complexo, que envolve não só aspectos pessoais, como liderança e disposição de assumir riscos, mas também o acesso a informações estratégicas, tecnologia, rede de contatos comerciais, crédito, incentivos governamentais, etc. Em resumo, um empreendedor não se improvisa do diapara a noite. (MONTECLARO, 2005, p. 2).

Para compreender a emergência de novos atores, é necessário imergir nos espaços rurais do semiárido nordestino, particularmente do chamado sertão semiárido, com objetivo de problematizar as distintas representações do Nordeste, revelando, através de um percurso sócio-histórico, diversas versões que convergiram para a emergência do rural contemporâneo. O que é o sertão semiárido nos dias atuais? Quais são as estratégias produtivas adotadas nos diversos espaços rurais? Quais atores emergem nesse novo contexto de experimentações e a partir de quais arranjos e racionalidades?

As reflexões postas nesse artigo estão organizadas em dois momentos. Inicialmente, fazemos uma descrição da estrutura fundiária do sertão paraibano, dialogando com a literatura estabelecida que retratou o sertão como região problema, terra de latifúndio e de coronéis, onde impera a exploração e a pobreza (FURTADO, 2009; ARAÚJO, 2002). Tomamos o caso da microrregião da Serra do Teixeira, no estado da Paraíba, Nordeste do Brasil, como uma situação exemplar de um sertão que, desde o início do século XX, apresenta uma estrutura fundiária desfragmentada, com fortes tendências para o desenvolvimento de uma agricultura de base familiar.

No segundo momento, debruçamo-nos sobre o caso empírico, trata-se de um empresário rural que descende da agricultura familiar, mas que, na década de 1990 compra 15 hectares de terra, acessa o sistema de crédito bancário e empreende um negócio no setor de frangos de postura. Atualmente, esse personagem combina racionalidades que tanto estão amparadas em disposições tradicionais quanto modernas, o que faz deste um ator que se diferencia do grande proprietário do passado, do empresário do agronegócio e do agricultor familiar do presente. Este caso constitui uma situação sociológica interessante, na medida em que o ator em questão apresenta atitudes, opiniões e comportamentos fundamentados em princípios e práticas diversas, constituídas por outros indicadores da disposição.

Metamorfoses do sertão paraibano: a microrregião da Serra do Teixeira

As imagens cantadas, recitadas e descritas em verso e prosa sobre o Nordeste em geral, são homogeneizadoras, imagens quase caricaturadas do que se convencionou chamar de Nordeste Seco. No livro, *Nordeste, nordestes: que Nordeste?* (2002), a professora Tania Bacelar chama atenção para o fato de que

a região Nordeste, tradicionalmente conhecida pela concentração da pobreza e por uma economia tipicamente periférica, já vinha passando por um processo de heterogeneização, em virtude da emergência de polos de desenvolvimento, estimulados pelas obras de infraestrutura levadas a efeito por investimentos estatais e privados, geralmente em associação. Celso Furtado (2009), ao refletir sobre uma política alternativa para o desenvolvimento do Nordeste, reafirma que o quadro de flagelo que assolou a região, durante anos foi palco de imagens calamitosas que revelavam um brutal contraste nos níveis de renda médio entre as populações do campo e da cidade; imagens como esta já existiam antes da grande seca de 1979 e se mantiveram até quase 20 anos depois, apesar dos esforços voltados para o desenvolvimento econômico.

Ainda que tenham sido feitos investimentos em obras de infraestrutura¹, constata-se que esses investimentos tiveram pouca capacidade de produzir dinâmicas virtuosas. Sabe-se que esta pouca capacidade de operar transformações deve-se ao fato de que eles não se fizeram acompanhar de duas reformas estruturais necessárias: a alteração da estrutura fundiária e a elevação dos níveis educacionais da população local. Como resultado, têm-se imagens (rurais e urbanas) mais coloridas e heterogêneas, que apresentam certo dinamismo econômico e que convivem com um mar de desigualdade e precariedade social. Essa complexidade de situações se metamorfoseia criando a possibilidade da emergência de novos cenários e personagens, entre os quais, agricultores familiares, empresários do “agronegócio sertanejo”², assentados da reforma agrária e do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), empresários rurais etc. O chamado empresário rural do sertão é um desses personagens que pretendemos analisar empiricamente, a partir de um estudo de caso que, seguramente, emergiu nos diversos espaços do semiárido nordestino.

Entre os cenários, destacamos o Sertão Paraibano. Este possui uma área de 22.720,482 km², equivalente a 40,01% do território estadual. É formado por sete microrregiões (Catolé do Rocha, Cajazeiras, Sousa, Patos, Piancó, Itaporanga e Serra de Teixeira) e 83 municípios agrupados. Como em outras regiões interioranas do Nordeste, a motivação econômica para ocupação do Sertão foi a pecuária bovina, seguida da cultura do algodão em algumas áreas e, em outras, da cultura do sisal. Com a expansão da cotonicultura e/ou do sisal consolida-se um tripé que vai marcar a organização do espaço agrário sertanejo paraibano até a segunda metade do século XX, combinando ora pecuária/algodão/culturas alimentares, ora pecuária/sisal/culturas alimentares. Independentemente do tamanho da propriedade, se pequenas,

1 Fizemos referência a obras como o polo petroquímico de Camaçari, os polos de turismo da faixa litorânea, os polos de tecnologia e informática de Recife e Campina Grande, e os polos agroindustriais de fruticultura, como o do Vale do Açu, no Rio Grande do Norte, ou o de Petrolina e Juazeiro, na divisa entre Pernambuco e Bahia, esta última região notadamente com a barragem de Sobradinho, nos anos 1970.

2 Agronegócio Sertanejo foi uma tipologia formulada por Kaliane de Freitas Maia em sua tese de doutorado intitulada *O “agronegócio sertanejo”: (re)peculiarização e grande propriedade rural na microrregião de Catolé do Rocha (PB), semiárido nordestino*.

médias ou grandes, esse sistema foi responsável pela estruturação social e econômica do sertão da Paraíba.

Considerando os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do censo agrícola de 1960 e do censo agropecuário de 2006, a microrregião da Serra do Teixeira, localizada na região do Sertão Paraibano, já apresentava desde a década de 1960 baixos índices de concentração da propriedade fundiária, predominando na região um grande número de pequenas e médias propriedades rurais.

A divisão territorial da atual microrregião da Serra do Teixeira, denominada na década de 1960 de Zona do Sertão Alto, era composta por 5 municípios, dentre eles: Água Branca, Desterro, Princesa Isabel, Tavares e Teixeira, sendo registrado nesse mesmo censo um total de 8.503 estabelecimentos que somavam uma área de 150.150 hectares. Da área total recenseada na zona do Sertão Alto, os estabelecimentos que mediam de 0,1 a 50 ocupavam 81.598, ou seja, 54,34% da área total já era formada por estabelecimentos que mediam até 50 hectares. Nesse mesmo período, registravam-se apenas 9 estabelecimentos que mediam de 500 a 2000 ha, somando uma área de 5.900 ha, correspondendo apenas a 3,92% da área total, ocupadas por grandes propriedades (Tabela 1).

Tabela 1 – Número e área de estabelecimentos rurais por grupo de área total
– Censo Agrícola de 1960

	Total		Menos de 1 ha		1 a menos de 2 ha		2 a menos de 5 ha		5 a menos de 10 ha	
	N. Estabel	área (ha)	N. Estabel	área (ha)	N. Estabel	área (ha)	N. Estabel	área (ha)	N. Estabel	área (ha)
Zona do Sertão Alto	8503	150150	14	14	268	300	2273	6768	2080	13298
Água Branca	486	11229	-	-	4	4	65	201	72	479
Desterro	664	7342	-	-	-	-	179	570	258	1459
Princesa Isabel	2683	48630	14	14	159	191	834	2430	356	3562
Tavares	1825	30734	-	-	82	82	479	1429	463	2978
Teixeira	2845	52215	-	-	23	23	716	2138	731	4687
	10 a menos de 20 ha		20 a menos de 50 ha		50 a menos de 100 ha		100 a menos de 200 ha		200 a menos de 500 ha	
	N. Estabel	área (ha)	N. Estabel	área (ha)	N. Estabel	área (ha)	N. Estabel	área (ha)	N. Estabel	área (ha)
Zona do Sertão Alto	1845	22862	1392	38356	413	26001	148	17999	60	15553
Água Branca	133	1640	145	4058	49	2964	18	1883	-	-

Desterro	148	1920	68	1826	6	354	2	360	3	720
Princesa Isabel	505	6153	419	11813	117	7280	56	6734	17	4253
Tavares	367	4501	308	8581	88	5393	23	2670	13	3600
Teixeira	692	8648	452	12377	153	10010	49	6352	27	6980

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário de 2006.

Em se tratando do município de Princesa Isabel, também no censo agrícola de 1960, registrou-se um total de 2.683 estabelecimentos agropecuários, totalizando uma área de 48.630 hectares. Destes constata-se 24.163, ou seja, 49,68% mediam até 50 ha, o equivalente a um pouco mais de um módulo fiscal no município de Princesa Isabel, que é de 40 hectares, segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)³.

Passado quase meio século, a microrregião da Serra do Teixeira é composta por 11 municípios, 5 deles já definidos na década de 1960 e 6 novos oriundos de distritos que pertenciam aos 5 municípios da antiga microrregião do Sertão Alto e que foram emancipados politicamente nas últimas décadas, de acordo com o Censo de 2006, totalizando 11 municípios. São eles: Água Branca, Cacimbas (emancipa-se do município de Desterro em 1994); Desterro, Imaculada (emancipa-se do município de Teixeira em 1965); Juru (emancipa-se do município de Tavares em 1961); Manaíra (emancipa-se do município de Princesa Isabel em 1961); Maturéia (emancipa-se do município de Teixeira em 1994); Princesa Isabel, São Jose de Princesa (emancipa-se do município de Princesa Isabel em 1994); Tavares e Teixeira.

Comparando os dados do Censo Agrícola de 1960 com os do Censo Agropecuário de 2006 observa-se que a estrutura fundiária da microrregião da Serra do Teixeira continuou apresentando uma tendência para a desfragmentação das terras, conseqüentemente para a emergência e permanência de pequenas propriedades do tipo minifúndios. Ainda com base nos dados do Censo de 2006, na microrregião da Serra do Teixeira existem 12.778 estabelecimentos recenseados; desse total, 11.797 medem entre 0,1 e 50 ha, totalizando 92,32% do número de estabelecimentos com até 50 ha. Já 5,2% dos estabelecimentos medem de 50 a 2.500 ha. Enquanto 2,49% correspondem a estabelecimentos que o Censo

3 Módulo fiscal é uma unidade de medida agrária usada no Brasil, instituída pela Lei nº 6.746, de 10 de dezembro de 1979. É expressa em hectares e é variável, sendo fixada para cada município, levando-se em consideração: a) tipo de exploração predominante no município; b) a renda obtida com a exploração predominante; c) outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; d) conceito de propriedade familiar. O módulo fiscal corresponde à área mínima necessária a uma propriedade rural para que sua exploração seja economicamente viável. A depender do município, um módulo fiscal varia de 5 a 110 hectares. Nas regiões metropolitanas, a extensão do módulo rural é geralmente bem menor do que nas regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos.

Agropecuário de 2006 designou como “produtores sem área”. Com relação à área dos estabelecimentos, podemos afirmar que 52,16%, ou seja, mais da metade das áreas recenseadas na microrregião da Serra do Teixeira estão em propriedade de agricultores familiares (Ver Tabela 2).

Tabela 2 – Número e área de estabelecimentos rurais por grupo de área total

Grupos de área total	Variável			
	N. de estabel. (Unidades)	N. de estabel. (%)	Área estabel. (há)	Área estabel. (%)
Total	12.778	100	173.467	100
Mais de 0 a menos de 0,1 ha	59	0,46	4	0
De 0,1 a menos de 0,2 ha	41	0,32	6	0
De 0,2 a menos de 0,5 ha	196	1,53	62	0,04
De 0,5 a menos de 1 ha	578	4,52	342	0,2
De 1 a menos de 2 ha	2.089	16,35	2.419	1,39
De 2 a menos de 3 ha	1.812	14,18	3.805	2,19
De 3 a menos de 4 ha	1.129	8,84	3.488	2,01
De 4 a menos de 5 ha	742	5,81	3.033	1,75
De 5 a menos de 10 ha	2.019	15,8	13.423	7,74
De 10 a menos de 20 ha	1.780	13,93	23.709	13,67
De 20 a menos de 50 ha	1.352	10,58	40.199	23,17
De 50 a menos de 100 ha	410	3,21	26.935	15,53
De 100 a menos de 200 ha	163	1,28	21.305	12,28
De 200 a menos de 500 ha	69	0,54	20.764	11,97
De 500 a menos de 1000 ha	20	0,16	12.772	7,36
De 1000 a menos de 2500 ha	1	0,01	1.201	0,07
De 2500 ha e mais	-	-	-	-
Produtor sem área	318	2,49	0	0

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário de 2006.

Partindo desses dados, reconhecemos que a estrutura fundiária da microrregião da Serra do Teixeira apresenta uma distribuição de terras desconcentrada em relação à média estadual. Embora a concentração fundiária tenha se constituído em uma narrativa dominante quando se trata de descrever o Nordeste brasileiro, verificam-se diferenciações entre as microrregiões do estado da Paraíba. Como já o dissemos, na Microrregião da Serra do Teixeira a tendência para a desconcentração data da década de 1960, quando já se registrava a presença de minifúndios, dado que se explica pela maior predisposição das terras e do clima para a agricultura, contrariamente ao que ocorreu em outras microrregiões do

sertão paraibano, onde predominou o latifúndio e a pecuária, como, por exemplo, a microrregião de Patos e de Catolé do Rocha.

Na Serra do Teixeira, historicamente, se desenvolveu uma atividade agrícola diversificada, provavelmente favorecida pela localização, uma vez que a maior parte da microrregião corresponde a um conjunto de serras com linha de escarpa muito íngreme, cujo relevo é bastante acidentado e com fortes ondulações, dificultando uma maior expansão da pecuária e a utilização de máquinas e tratores, em geral indispensáveis para a agricultura intensiva.

Moreira e Targino (1997) já observavam essas duas tendências – fragmentação de terras e predomínio da atividade agrícola – quando escreveram a obra *Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba*. Segundo os autores,

Merece destaque a maior concentração da produção alimentar nas áreas de exceção, como os brejos de altitude existentes no Sertão, a exemplo de Monte Horebe, Bonito de Santa Fé, Teixeira. Nessas manchas verdes, houve uma maior concentração da produção e da população, bem como um padrão de distribuição de terras menos concentrado do que nas demais áreas sertanejas (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 78).

A microrregião da Serra de Teixeira ficou historicamente conhecida, do ponto de vista econômico, pelo predomínio da pecuária extensiva e da agricultura de ciclos (algodão, sisal, feijão, milho etc.). Assim, a pecuária não sai de cena como o algodão e o sisal, contudo esta não mantém o mesmo tipo de relação de trabalho, ou seja, o sistema de morada predominante nas grandes propriedades. Isso não significa que não tenham existido nessa microrregião grandes propriedades e famílias proprietárias de terras e detentoras de poder político, porém estas não eram expressivas se comparadas à quantidade de minifúndios. Exemplo emblemático no município de Princesa Isabel foi o coronel José Pereira de Lima, conhecido como um dos maiores chefes políticos do Estado da Paraíba, porém não possuía terras neste Estado, suas propriedades ficavam do outro lado da fronteira, em municípios do estado de Pernambuco. Assim como no caso do Coronel, eram figuras públicas e proprietários de terras os coronéis Joaquim Florentino Rodrigues e Marçal Florentino Diniz, que possuíam terras no povoado de Patos de Ireré, município de Princesa Isabel.

Segundo relatos de antigos moradores de Princesa Isabel, a grande propriedade nunca foi característica dominante na área rural do município, sendo a sucessão de terras, por herança, entre descendentes de um mesmo grupo familiar a explicação mais comum para a expansão dos minifúndios e dos pequenos estabelecimentos familiares. Aliando as informações obtidas pelos relatos orais às contidas na literatura produzida pelos “filhos da terra”, definimos como hipótese para ser aprofundada em outros trabalhos de pesquisa que a explicação sobre a origem dos estabelecimentos de base familiar e com áreas que não ultrapassam um módulo fiscal reside nas dificuldades para o transporte de alimentos e mercadorias, em virtude do relevo acidentado, fazendo com que os chamados tropeiros, viajantes, almocreves, caixeiros, mercadores etc. se fixassem por dias, semanas, em faixas de terras cujos donos não eram conhecidos e ali construíam uma morada definitiva, casando e constituindo família.

Acompanhando o padrão da estrutura fundiária da microrregião, o município de Princesa Isabel pode ser considerado um município rural, cuja sede urbana possui uma área significativamente menor que a área total do município, além de a sua economia ser oriunda dos espaços rurais e marcadamente de atividades agropecuárias (VEIGA, 2002). Desde a sua origem, a agricultura e a pecuária extensivas e de base familiar figuram como pilares econômicos do município de Princesa Isabel. A pecuária, especialmente de bovinos, se desenvolvia paralelamente à produção agrícola, todavia prevalecia uma agricultura do tipo tradicional, de sequeiro⁴, predominando as culturas que compõem a dieta básica do sertanejo, feijão, milho e mandioca, associadas a um pequeno número de bovinos. Além das culturas temporárias, os agricultores exploravam algumas espécies de modo extrativista, a exemplo dos cajueiros nativos que, na época da safra, eram colhidos para a vendada castanha do caju. A implementação das ações do Polo nordeste⁵ pela Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), na década de 1980, voltadas para a difusão de técnicas de cultivo com vistas a diversificar e inovar as estratégias produtivas dos agricultores familiares, além dos esforços de modernização institucional nos anos 1990, modificam o cenário da agricultura e da pecuária no município de Princesa Isabel, que se torna mais diversificado. Têm-se então agricultores mandiocultores, criadores de gado de corte, criadores de gado de leite, suinocultores, apicultores, horticultores, agricultores agroecológicos e avicultores de postura e de corte, sendo este último grupo formado por agricultores familiares e empresários rurais.

É sobre um caso particular, de um empresário rural, criador de galinha de postura, que trataremos no segundo momento deste artigo. O caso que será descrito e analisado nos chama atenção porque se trata de um arranjo idiossincrático, em que aparece, de modo combinado, relações de proximidade e distanciamento entre imaginários da tradição e da modernidade. Tal como definido por Giddens (1997), a tradição estaria ligada à memória, especificamente à memória coletiva, envolvendo rituais e combinando conteúdo moral e emocional. Nesse sentido, o autor afirma que

A tradição está ligada ao ritual e tem suas conexões com a solidariedade social, mas não é a continuidade mecânica de preceitos que é aceita de modo inquestionável. [...] é a cola que une as ordens sociais pré-modernas [...]; tradição

4 Para fins deste artigo definimos como agricultura de sequeiro, cultura sequeiro a cultura agrícola que cresce sem a necessidade de adição de água ao solo por meio de irrigação. Assim, essas culturas crescem com a água apenas da chuva. Ver mais em: <http://www.webartigos.com/artigos/cultura-de-sequeiro/26461>

5 O Polonordeste (Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste), um dos programas que integrava o Plano Nacional de Desenvolvimento, o II PND, que atendiam pela denominação de desenvolvimento rural integrado. Além do Polonordeste, implementado em 1974, destacam-se os seguintes programas: o Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semiárida do Nordeste (Projeto Sertanejo), em 1976; e o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP) apoiado pelo Banco Mundial, em 1982. Todos estes tomaram por base uma estratégia do governo federal dos anos 1970, em que era necessário expandir agricultura, ampliando sua escala e promovendo sua integração, sob a ótica do planejamento, problemas de produção, mercado, infraestrutura econômica e social, pesquisa, assistência técnica e financiamento. Sobre este assunto Ver: Gomes (2005), Nunes e Schneider (2013).

é uma orientação para o passado, de tal forma que o passado tem uma pesada influência ou, mais precisamente, é constituído para ter uma pesada influência sobre o presente. (GIDDENS, 1997, p. 80-81).

Para o mesmo autor, a modernidade se caracteriza por uma interligação, com “penetração das instituições modernas nos acontecimentos da vida cotidiana. Não apenas a comunidade local, mas as características íntimas da vida pessoal e do eu tornam-se interligadas a relações de indefinida extensão no tempo e no espaço.” (GIDDENS, 1997, p. 77). Assim, a tecnologia, seja como “técnica”, seja como sistema abstrato, exerce papel fundamental, “tanto na forma de tecnologia material quanto da especializada *expertise social*”.

O empresário rural e as galinhas dos ovos de ouro: uma face da modernização no semiárido

Na microrregião da Serra do Teixeira e, de forma exemplar, no Município de Princesa Isabel, encontramos perfis diversos de agricultores e de estratégias produtivas. Chamaremos atenção, particularmente neste artigo, para um achado de pesquisa com o qual nos deparamos no município de Princesa Isabel. Trata-se de um caso exemplar de empresários rurais modernizados. Analisaremos a trajetória empresarial de Antônio José⁶, filho de agricultor, que decide pôr em prática os conhecimentos aprendidos no curso técnico, no Colégio Agrícola Vidal de Negreiros, localizado no município de Bananeiras, situado no Brejo paraibano. Atualmente, ele é proprietário da Granja Coral, situada no sítio Riacho do Meio, na zona rural do município.

Antônio José neto e filho de pequenos proprietários de terras. Nascido no município de Princesa Isabel e criado na zona rural, sempre teve um apego à terra. Saiu do município para fazer o curso técnico em agropecuária e, ao retornar, cheio de ideias e com os conhecimentos adquiridos na escola agrícola, elaborou um projeto para criação de galinha de postura com a finalidade de produzir ovos, considerando todos os requisitos necessários para levar adiante o seu empreendimento. Todavia, Antônio não possuía terras, nem recursos financeiros para colocar seu audacioso projeto em prática. Já sendo casado, tudo o que possuía era uma casa de morada, que vendeu para investir o dinheiro na compra de uma pequena propriedade de 15 hectares. Agora com a terra, faltavam os recursos para iniciar as instalações do aviário. Decide então ir ao Banco do Nordeste para obter um empréstimo e, a partir daí, constrói o primeiro galpão, com todas as instalações necessárias para dar início ao seu empreendimento.

Ao ser indagado sobre como se definia, qual era sua identidade pública, Antônio afirma ser um empresário rural, e assinala:

6 Para resguardar a identidade do informante e preservar a confiança conquistada durante a realização da pesquisa, apesar de haver comprovação legal da concessão deste para uso das informações, não temos autorização para o uso do nome real, por isso adotaremos o pseudônimo Antônio José.

Eu me considero um empresário, porque eu não tenho só essa atividade da criação de galinhas de postura, eu tenho também uma distribuição de carnes e derivados e eu me considero também um empreendedor, porque eu consigo ver as coisas longe, eu consigo ganhar dinheiro, eu tenho facilidade de ganhar dinheiro, 'eu sei ganhar dinheiro'. Qualquer negócio que eu faça eu tenho essa facilidade. (Entrevista com Antônio José, realizada em Princesa Isabel, outubro de 2015).

Analisando as escolhas feitas pelo informante para dar início ao seu empreendimento, observa-se que ele corre riscos vendendo o único bem da família – a casa de morada –, ou seja, as escolhas feitas por ele implicam uma inclinação para a realização de um autoprojeto, que é a autorrepresentação, não apenas a própria biografia que seria determinada. Mudanças intensas passam a ser experimentadas nesse contexto, a exemplo da estrutura física da granja que, na década de 1990, possuía apenas 2.000 aves e atualmente comporta 200 mil por galpão. A presença da Granja Coral no município mobiliza novas relações de trabalho e novas redes de comercialização. Maria José Carneiro (2012), ao discorrer sobre as características do renascimento do rural no Brasil, infere que a relativização da representação do mundo rural atrelada à atividade agrícola é um aspecto inquestionável de um processo de ressignificação dos espaços rurais, em geral informados pelas tecnologias para melhorar a produção e a produtividade.

Durante a realização da entrevista com Antônio, percebemos que mesmo não havendo concorrência para a comercialização de ovos de granja localmente, digo no raio da microrregião, Seu Antônio desde sempre manifesta uma preocupação com a busca crescente de ganhos de produtividade e com a abrangência de novos mercados consumidores. Os galpões da Granja Coral têm capacidade para 200.000 mil aves produzindo todos os dias da semana, com uma média de 85% de aproveitamento de ovos, totalizando, em média, uma produção de 5.100.000,00 milhões de ovos/mês.

Com a crescente demanda do mercado, a produção está se tornando insuficiente para atender o consumo. Para resolver esta equação, "seu" Antônio fez um novo empréstimo para a construção de mais dois galpões modernos, com sistema de condicionamento de ar e com capacidade para mais 200.000 mil aves, ou seja, seu objetivo é dobrar a produção. O empresário rural entrevistado salienta que tendo ele disputado o mercado precisa agora se manter, e pontua: *"o mercado cresceu, eu cresci com o mercado, eu briguei pelo mercado, eu agora estou voltando a investir para aumentar a infraestrutura produtiva, aumentando a minha produção com mais duzentas mil aves"*.

A racionalidade que subjaz o discurso do Sr. Antônio aparece na definição assinalada por Schumpeter (1982) do que seria genericamente o empresário, ou seja, o indivíduo que promove inovações no processo produtivo que, para além das inovações administrativas, tem capacidade de criar novos negócios. De acordo com Schumpeter (1982), as inovações englobam cinco casos: a introdução de um novo bem ou de uma nova qualidade de um bem; a introdução de um novo método de produção; a abertura de um novo mercado; conquista de uma nova fonte de matérias-primas; e o estabelecimento de uma nova organização. Vejamos o que afirma o informante sobre conhecimento e tecnologia:

Eu acredito muito na tecnologia, acredito muito. Eu não gosto de ficar pra trás não. Eu vivo atento, estudando, olhando, pesquisando, participando de encontros, em São Paulo, em Belo Horizonte, Florianópolis, onde tem eu tô indo e trazendo tudo de novo que a gente acha por lá, então esses galpões é dos mais novos que têm no Brasil, tanto que alguns estados do Nordeste como Rio Grande do Norte, Piauí, sei que eles não têm ainda. O primeiro na Paraíba sou eu. Pernambuco já tem em uma empresa lá perto do Recife e Fortaleza já tem, o resto eu sei que não tem ainda esse novo que eu trouxe que é tudo, tudo automatizado, clima, se eu quero vinte e cinco graus ele dá vinte e cinco graus. A coleta do ovo é toda automatizada, o esterco é automatizado, assim não vão ser 15 caras pra cuidar de cem mil aves, a partir de agora eu vou precisar de 01 cara para cada galpão. (Entrevista com Antônio José, realizada em Princesa Isabel, outubro de 2015).

Partindo desses pressupostos, a ação de investir não é tarefa para um “homem comum”. A expressão entre aspas, para Schumpeter, implica que o empresário é alguém dotado de talentos, disposto a correr riscos. É preciso que se tenha nestas condições um tipo de indivíduo especial, motivado por uma racionalidade intrínseca, que seja capaz de planejar, projetar e executar negócios rentáveis. Segundo Schumpeter (1982), o empresário não seria motivado apenas pelo desejo de lucro:

[...] antes de tudo, há o sonho e a vontade de fundar um reino particular, geralmente, embora não necessariamente, uma dinastia também... Depois há o desejo de conquistar; o impulso de lutar, para provar a si mesmo que é superior aos outros, ter sucesso, não pelos frutos que podem daí advir, mas pelo sucesso em si... Finalmente há a alegria de criar, de realizar as coisas, ou simplesmente de exercitar sua energia e engenhosidade. (SCHUMPETER, 1982, p. 65).

Identificamos, em outra passagem da narrativa do Sr. Antônio, que, além da vocação para os negócios, o conhecimento do mercado e o desejo de inovar, há em seu discurso uma ambição que se associa a certa vaidade, expressa no desejo de querer ser uma referência, como alguém que obteve sucesso na atividade que abraçou. Mas há também um desejo de ser o porta-voz de uma imagem do próprio semiárido mediante a desconstrução a partir de experiências que sinalizam para a viabilidade de estratégias produtivas e relações distintas daquelas já conhecidas do sertanejo.

Eu arrisco com responsabilidade, eu sou audacioso no sentido de ir lá, querer, ter coragem de ir, eu tenho vontade de ir é minha característica, né? E sou um cara apaixonado pela terra e sou realizado, porque eu gosto do que eu faço e eu vivo disso aí. Então eu me considero um produtor lógico. E gosto demais, mas sou produtor numa produção empresarial, não aquela produção desorganizada que eu não conheço os resultados, que eu não sei onde estou botando o pé e hoje a agricultura não pode mais ser aquela agricultura tradicional, tem que ser aquela agricultura empresarial que tem custos, que saiba do mercado, que você estuda a legislação, que você tenha compromisso ambiental, social também, eu tenho e a granja também tem. (Entrevista com Antônio José, realizada em Princesa Isabel, outubro de 2015).

Como empresário rural, Antônio toma a si mesmo como modelo, exemplo de ator comprometido com o desenvolvimento do lugar, uma espécie de ícone que se coloca na vitrine para ser copiado. Ao sofisticar o conceito de empresário, Schumpeter(1982) o associa ao conceito de inovação, apontando-o como o elemento que dispara e explica o desenvolvimento econômico, agregando o empreendedor ao desenvolvimento econômico e ao aproveitamento de oportunidades em negócios, abrindo um novo campo de estudos fundamental para o entendimento dos fatores essenciais que promovem o surgimento e o crescimento dos negócios e das empresas.

Entre os marcadores modernos presentes na trajetória de Antônio José, inovação e empreendedorismo, identificamos a sua expertise em racionalizar diferentes estratégias produtivas, colocando-as em cadeia com interdependências de processos. Assim, além de proprietário da Granja Coral Ltda, Antônio cria mais duas novas empresas, a Coral Carnes e Derivados Ltda e a Comércio Atacadista de Carnes Bovinas e Suínas e Derivados.

Percebendo que, na década de 2000, a economia do Brasil estava em crescimento e que a propriedade, assim como a Granja que fora seu primeiro investimento, dispunha de condições para agregar novos empreendimentos. Antônio procurou unir a avicultura, sua atividade principal, à sua antiga paixão pela pecuária bovina, tornando-a uma atividade secundária, mas também rentável e lucrativa. O empresário/produtor estava preocupado em encontrar uma raça adaptável às características físicas e climáticas da região, que tivesse uma maior aptidão para o corte. Observando critérios como manejo, adaptabilidade, rusticidade, produção e mercado, decidiu investir em um plantel puro das raças Nelore e Brahman, com a finalidade de criar um mercado para a venda de carnes. Segundo Antônio, ambas as raças oferecem uma morfologia adequada para a produção de carnes, proporcionando ganhos substantivos se comparado ao gado mestiço. Nas suas palavras:

Se você pegar um boi desse aqui de vinte arrobas, seiscentos quilos, esse pé duro aqui, quando você matar ele que tirar a cabeça, que tirar o buxo, que tirar perna, tirar tudo ele vai dá trezentos quilos, certo? Cinquenta por cento. Se pegar um nelore desse aqui que é melhorado geneticamente, o osso dele é mais fino, que tem a bunda mais cheia, que tem o mamilão com o mesmo peso daquele vivo seiscentos quilos, vinte arrobas, quando você matar ele você tem trezentos e trinta e seis quilos, ou seja você tem a mais trinta e seis quilos do que o pé duro é onde entra a genética aí, onde entra o melhoramento genético prá produzir carne, esse boi é feito prá produzir carne, o leite que a mãe dele dá só dá pra ele mesmo certo? Então veja só o agricultor tem que vê isso, então num boi quanto é um quilo de carne? Ele tá vendendo um quilo de carne hoje por dez reais no mínimo, tô dizendo vendendo ao açougueiro tá certo? Então, trinta e seis a dez dá quanto? Dá trezentos e sessenta reais, por exemplo vinte bois, já ia embora mais de sete mil reais que ele conseguiu agregar valor dentro do peso do animal mas aí o cara não tem conhecimento, fica botando boi de casa pra cruzar com a vaca dele um ruim cruzando com um ruim. Se um animal ruim cruzar, a sua vaca ela é ruim cruza com touro ruim sai o que? Mas se sua vaca é fraca é ruim cruzar com um touro bom. (Entrevista com Antônio José, realizada em Princesa Isabel, outubro de 2015).

O lugar a partir do qual o empresário rural enxerga o mundo e toma decisões é um lugar onde os sistemas de valores ampliam o leque das atividades econômicas exercidas no meio rural, privilegiando o econômico, seja ele essencialmente agrícola ou não. A compreensão do conceito de empresário rural adotada na análise do caso “Antônio José” está referenciada também na noção de “agronegócio sertanejo”, desenvolvida por Kaliane Maia (2013) em sua tese de doutorado, tendo em vista que as atividades produtivas inter-relacionadas desenvolvidas pelo Sr. Antônio na Granja Coral fortalecem novas estratégias produtivas no município de Princesa Isabel – a exemplo da pecuária de corte, do melhoramento das raças e do frigorífico.

Em sua propriedade, o Sr. Antônio José administra, além da criação de galinhas de postura e da comercialização dos ovos, mais três outros empreendimentos que mobilizam toda uma cadeia produtiva dentro das suas propriedades. Apecuária intensiva tendo como ordem de investimento e prioridade a bovinocultura, a suinocultura e a caprinocultura, todas para o corte e comercialização da carne. A estruturação da cadeia foi sendo feita com a abertura de um frigorífico no centro do município de Princesa Isabel para a venda dos animais abatidos, delegando a gerência do estabelecimento para uma irmã sua. Além da venda no atacado e varejo, o frigorífico ainda comercializa produtos para churrasco (sal grosso, temperos, molhos, carvão etc.).

De modo emblemático, o “empresário rural do sertão” que emerge no semiárido valoriza o conhecimento científico e os sistemas peritos como característica da modernização, nos termos descritos por Giddens, na medida em que Antônio busca racionalizar e integrar em cadeia as atividades desenvolvidas em suas propriedades. A narrativa de Antônio José sobre a organização das suas estratégias produtivas é reveladora de um esforço de modernização que pode ser observado no trecho abaixo:

A granja e os ovos é o que me dá renda, é o maior investimento, mas a coisa que eu mais gosto é cuidar do curral, eu vou dez vezes por dia no curral e uma vez no galpão de galinhas, mas eu tenho relatórios diários sobre a produtividade, tudo que acontece lá é anotado direitinho. E prá isso eu tenho bons profissionais o Richard, tem Fernanda, que é a veterinária, então eles fazem tudo e fazem bem feito[...]. Se vocês olharem lá para cima onde tem o setor de cria e recria vão vê que é tudo automatizado, lá já temos uma tecnologia bem avançada, porque a gente tem que dá o maior conforto na formação inicial da pintinha, é como uma criança prá ela crescer bem, desenvolver bem, ela tem que ser bem cuidada. (Entrevista com Antônio José, realizada em Princesa Isabel, outubro de 2015).

A narrativa guarda também significativa aproximação com as características adotadas por Maia (2013) na definição da categoria “agronegócio sertanejo”, quais sejam: a) Investimento no padrão alimentar do rebanho, com ampliação das áreas de pastagens plantadas para o uso de forragens, além do cruzamento de novas variedades de forrageiras que melhor se adaptem às suas terras; b) Investimentos na infraestrutura da propriedade para viabilizar e otimizar os custos, e agregar valor tanto à produção de ovos como à pecuária de corte; c) Investimento em tecnologias

para autossuficiência de água: construção de uma estação de tratamento de água, de barragens subterrâneas, e recuperação de açudes; d) Aquisição de maquinário (tratores, plantadeira, colheitadeiras, grades de arados, pulverizador, compactador, máquina forrageira, balança, ensiladeira, vagão forrageiro e empilhadeira); e) Expansão sempre crescente de novos mercados consumidores, seja através da comercialização dos ovos, seja através da carne.

De maneira geral, Maia (2013) identifica e analisa as transformações sociais, econômicas, técnicas e produtivas experimentadas nas médias e grandes propriedades rurais da microrregião de Catolé do Rocha, situada na mesorregião do Sertão de Paraíba. A análise dos seus achados de pesquisa corrobora um modelo de agronegócio que caracteriza um sistema produtivo diferente do antigo sistema que se fazia presente no sertão paraibano semiárido, ancorado no tripé latifúndio, algodão/pecuária e sistema de morada, todavia também diferenciado do modelo da “sociedade do agronegócio”, dominante na agropecuária do Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país.

Maia (2013) constatou e chamou de “agronegócio sertanejo” o modelo social e produtivo resultante dos esforços de modernização adotados nas propriedades rurais da microrregião de Catolé do Rocha – principalmente, mas não exclusivamente, na agricultura patronal – que expressa a reorganização do setor agropecuário regional após a crise do latifúndio a partir de finais da década de 1970. E a partir daí enfatiza suas principais características (MAIA, 2013 p.171): a) diversidade de possibilidades e estratégias produtivas; b) tendência à especialização produtiva, como efeito da experimentação de diferentes alternativas econômicas, envolvendo e experimentando novas tecnologias e conhecimentos científicos; c) investimentos em novas redes de comercialização; d) relativo predomínio da informalidade nas relações de trabalho, com atualização do antigo sistema de morada; e) direcionamento de rendas não agrícolas (empregos públicos ou rendas resultantes de outras atividades) para investimento na modernização da atividade agropecuária, com menor dependência de financiamentos bancários; f) importância da herança familiar e do poder político como ativos utilizados nos processos de modernização produtiva das grandes propriedades.

É interessante refletir sobre as semelhanças entre os indicadores presentes no caso do empresário rural analisado e na noção de “agronegócio sertanejo”, porque a conceituação mais abrangente para agronegócio se refere à cadeia produtiva, agrícola ou pecuária, em termos das relações econômicas e industriais, ou ao conjunto dos negócios relacionados à agricultura e/ou pecuária e, neste sentido, não seria necessário expandir ou qualificar essa noção para incluir as experiências produtivas do caso Antônio José. Todavia, faremos algumas aproximações que possibilitam inferir as semelhanças existentes entre o *modus operandi* “agronegócio sertanejo” e do empresário rural do sertão paraibano. Independentemente do tamanho das propriedades, o que importa para se encaixar nessa classificação são os vínculos que se estabelecem em torno das atividades produtivas engendrada nessas propriedades.

Guardadas as particularidades dos casos empíricos analisados por Maia (2013), importa mencionar que a conceituação mais geral ajudou a perceber que o empresário rural da Granja Coral apresenta características que ora se aproximam

daquelas mencionadas por Maia (2013), ora se distanciam, mas não anulam o sentido de utilizar tal terminologia para caracterizá-lo. Antônio José está continuamente experimentando estratégias produtivas, e não adota apenas uma atividade produtiva nas suas propriedades. A situação mais exemplar para pensar as aproximações está relacionada à criação de gado que, além de ser uma atividade lucrativa para o empresário, satisfaz um sonho antigo de ser criador; porém, Antônio não queria empreender em qualquer lugar, mas categoricamente afirma que sua intenção desde sempre foi se fixar em Princesa Isabel, também não queria criar qualquer gado, ele investiu na criação de gado de raças melhoradas geneticamente, donde se pode concluir que ele é guiado por uma racionalidade que uneo lucro aosafetos.

Outro elemento que chama atenção como exemplo de aproximações com a noção de “agronegócio sertanejo” é a racionalização da suinocultura. Uma estratégia inicialmente pensada como suporte para a avicultura, no sentido de aproveitar os ovos que eram desperdiçados na granja e que passam a fazer parte da alimentação dos suínos. Segundo o entrevistado, faz-se uma espécie de “omelete” gigante comxerém, farelo de soja e os ovos que seriam descartados. Além disso, os porcos são alimentados com toda uma ração balanceada e preparados para a engorda. Percebe-se uma lógica empresarial envolvida, colocando cada produto em um lugar para formar uma cadeia produtiva e sustentável.

Com relação à especialização produtiva, como efeito da experimentação entre diferentes alternativas econômicas, uma característica desta é que resulta da opção por experiências produtivas “bem-sucedidas” e do abandono de investimentos que não deram certo. Neste sentido, os produtores não são simplesmente reprodutores de processos produtivos desenvolvidos por institutos de pesquisas, mas adaptadores de modelos às suas realidades econômico-produtivas – por exemplo, quando Antônio analisa suas escolhas com relação às novas áreas de pastagens, testando variedades de capimque melhor se adaptem as suas terras. O empresário assinala que foi criticado quando comprou a primeira terra para estruturar a granja, “*disseram que a terra era fraca e que eu ia perder o dinheiro investido*”, contudo ele provou que fez um bom negócio:

Hoje eu também aproveito a terra, eu aproveito a terra em tudo. Essas terras quando eu comprei disseram assim: “você é louco comprar aquela terra? Essa terra aqui é considerada como uma das terras mais fracas da região de Princesa, ela é um tabuleiro raso” né? Mas eu tô produzindo aqui ó capim abufelado de origem africana, palatável tá certo? [...] crio gado nessa propriedade tá certo? Aí planto milho em outra propriedade que tem solos profundos que é lá na frente e crio cabra na Serra do Gavião que tem muita vegetação e também tem muito capim, então eu coloco na terra o que ela pode produzir melhor né? (Entrevista com Antônio José, realizada em Princesa Isabel, outubro de 2015).

Aprendemos que o empresário valorizaos aspectos modernizantes e intenciona que as mudanças se expandam por todo o sertão paraibano. Sempre adepto dos novos conhecimentos, Antônio se mostra motivado a agregar novas

atividades ao seu negócio, percebe-se, assim, que a motivação empresarial extrapola nuances da vocação e da tradição. O aspecto que mais o estimula é a própria dinâmica do mercado, para Antônio José o mercado exige que o empresário esteja constantemente correndo riscos e investindo em novas tecnologias. Para ele, não tem mais sentido, nos dias de hoje, adotar as mesmas práticas agrícolas e pecuárias experimentadas por seus pais e avós no passado. Segundo o entrevistado, “é possível viver bem no semiárido, no sertão, *desde que a gente trabalhe com tecnologias, com técnicas, eu acredito demais nisso, sabia?*” (Entrevista com Antônio José, realizada em Princesa Isabel, outubro de 2015).

No que se refere às novas redes de comercialização, isso fica bem claro como sendo uma característica forte do empresário rural alinhada ao agronegócio sertanejo: Antônio José fez uma pesquisa de mercado bem profissional, com cálculos e testes, visando obter informações que balizassem suas escolhas e decisões. Primeiro, buscou construir uma rede de comercialização e, posteriormente, partir para a disputa alcançando outros estados (Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte) e municípios, alargando o raio do comércio de ovos.

A guisa de conclusão

As conclusões aqui apresentadas se referem a uma pesquisa cujas questões, em termos conceituais e empíricos, estão longe de ser esgotadas. O empresário rural, enquanto um novo ator, é de fato a expressão de um traço do que tem representado a modernização no semiárido nordestino. Acompanhando a trajetória do nosso personagem, observamos os deslocamentos de atividades, de momentos, mas também de suas dimensões subjetivas. Contudo, consideramos precipitado condensar a singularidade de um caso em uma fórmula, um conceito etc. (LAHIRE, 2004, p. 45). Ao aproximarmos os conceitos de empresário rural e de “agronegócio sertanejo”, constatamos que representam uma espécie de radicalização do processo de transformação da agropecuária do sertão semiárido, em que a dimensão agrícola e pecuária perde um pouco de sua importância, adquirindo relevância a associação dessas atividades as dimensões técnica e comercial. Supostamente, a emergência desses cenários resulta de dispositivos diversos do processo de modernização da agricultura no Brasil e no semiárido em particular.

Compreender a emergência do empresário rural do sertão a partir de indicadores que definem o “agronegócio sertanejo” implica admitir que a dinâmica dos processos econômicos, políticos e sociais experimentados nas últimas três décadas no semiárido nordestino foram intensas, no sentido de produzir reestruturações e ressignificações de valores, hábitos e técnicas, desafiando a capacidade da produção acadêmica e da literatura especializada em registrar. O produto resultante dessas mudanças convida outros pesquisadores a avançarem sobre a compreensão das dinâmicas sociais no mundo rural do semiárido e suas conexões com outros espaços e atividades econômicas, de modo a revelar contradições que estão sendo gestadas e os desafios postos para superação das desigualdades e para a promoção do desenvolvimento rural.

Referências

- BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH Scott. **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna /; tradução de Magda Lopes. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1997.
- CARNEIRO, Maria José (coord.). **Ruralidades Contemporâneas**: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: MauadX; Faperj, 2012.
- GOMES, Ramonildes Alves. **A qualidade de vida das famílias do Perímetro Irrigado de São Gonçalo**: ética e racionalidade. 2005. 213f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Agrícola de 1960**. VII Recenseamento Geral do Brasil. Vol. II, t. V, 1ª parte. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.
- _____. **Censo Agropecuário 1995-1996**. n. 11. Rio de Janeiro: IBGE, 1997.
- _____. **Censo Agropecuário**. Censos econômicos de 1985: Censo Agropecuário. n. 13. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.
- _____. **Censo Agropecuário**. Recenseamento Geral do Brasil 1980. n. 9, vol. 2, t. 3. Rio de Janeiro: IBGE, 1983-1984.
- _____. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.
- _____. **Censo Agropecuário. VIII Recenseamento Geral – 1970**. Vol., t. IX. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.
- LAHIRE, Bernard. **Retratos Sociológicos**: disposições e variações individuais. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- MAIA, Kaliane de Freitas. **O “Agronegócio sertanejo”**: (re)peculiarização e grande propriedade rural na Microrregião de Catolé do Rocha (PB), Semiárido nordestino. 2013. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, Paraíba, 2013.
- NUNES, Emanuel Márcio; SCHNEIDER, Sergio. Reestruturação Agrícola, Instituições e Desenvolvimento Rural no Nordeste: A diversificação da agricultura familiar do Polo Acçu-Mossoró (RN). **Revista Economia**, NE, Fortaleza, v.44, n. 3, p. 601-626, jul.-set. 2013.
- SCHUMPETER, Joseph Alois. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Col. Os Pensadores)
- VEIGA, José Eli da. **Cidades Imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

Recebido em 19/09/2016

Aceito em 30/01/2017